

LUÍS ROBERTO BARROSO

Curso de **DIREITO**
CONSTITUCIONAL
CONTEMPORÂNEO

Os conceitos fundamentais
e a construção do novo modelo

13ª edição
2025

Atualizada com a colaboração de Patrícia Perrone Campos Mello

saraiva  *jur*

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Data do fechamento do livro: 05/02/2025

■ Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright ©2025 by

Saraiva Jur, um selo da SRV Editora Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

■ **Atendimento ao cliente:** <https://www.editoradodireito.com.br/contato>

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da **SRV Editora Ltda.**

■ Capa: Lais Soriano

Diagramação: SBNigri Artes e Textos Ltda.

■ **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

B277c Barroso, Luís Roberto

Curso de direito constitucional contemporâneo / Luís Roberto Barroso. – 13. ed. – São

Paulo: Saraiva Jur, 2025.

696 p.

ISBN: 978-85-5362-685-4 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito constitucional. I. Título.

	CDD 342
2025-368	CDU 342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional	342
2. Direito constitucional	342

<i>Abreviaturas e periódicos utilizados</i>	VII
<i>Introdução</i>	XXVII
<i>Nota à 13ª edição</i>	XXXI

PARTE I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO: OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS E A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS

CAPÍTULO I CONSTITUCIONALISMO

I O SURGIMENTO DO IDEAL CONSTITUCIONAL E SEU DESENCONTRO HISTÓRICO	3
1 Generalidades	3
2 Da Antiguidade Clássica ao início da Idade Moderna.....	5
II O CONSTITUCIONALISMO MODERNO E CONTEMPORÂNEO	7
1 Experiências precursoras do constitucionalismo liberal e seu estágio atual	7
1.1 Reino Unido.....	7
1.2 Estados Unidos da América	10
1.3 França	15
2 Um caso de sucesso da segunda metade do século XX: a Alemanha	21
3 O constitucionalismo no início do século XXI	25

CAPÍTULO II DIREITO CONSTITUCIONAL

I O DIREITO CONSTITUCIONAL NO UNIVERSO JURÍDICO.....	27
1 Generalidades	27
2 Conceito.....	29
2.1 A ciência do direito constitucional	30
2.2 O direito constitucional positivo.....	30
2.3 O direito constitucional como direito subjetivo.....	31
3 Objeto	32
II O DIREITO CONSTITUCIONAL COMO DIREITO PÚBLICO	33
1 Direito público e direito privado	33
2 Regime jurídico de direito público e de direito privado.....	34
III A EXPANSÃO DO DIREITO PÚBLICO E DA CONSTITUIÇÃO SOBRE O DIREITO PRIVADO	36
IV ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO. EVOLUÇÃO DA DICOTOMIA. UM DRAMA BRASILEIRO	37
1 Origens da distinção	37
2 O desaparecimento do espaço público: Império Romano e sistema feudal	39

3	A reinvenção do público: do Estado patrimonial ao Estado liberal	40
4	A volta do pêndulo: do Estado social ao neoliberalismo	40
5	O público e o privado na experiência brasileira	41
V	A SUBSISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO	42
1	O Estado ainda é protagonista.....	42
2	Sentido e alcance da noção de interesse público no direito contemporâneo	43
 CAPÍTULO III CONSTITUIÇÃO		
I	NOÇÕES FUNDAMENTAIS	45
II	REFERÊNCIA HISTÓRICA.....	46
III	CONCEPÇÕES E TEORIAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO	48
IV	TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES	49
V	CONTEÚDO E SUPREMACIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	50
VI	A CONSTITUIÇÃO NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO	51
VII	CONSTITUIÇÃO, CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA	53
VIII	ALGUMAS CORRENTES DA FILOSOFIA CONSTITUCIONAL E DA FILOSOFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS.....	56
1	Substancialismo e procedimentalismo.....	56
2	Liberalismo e comunitarismo	58
	2.1 Liberalismo igualitário.....	58
	2.2 A crítica comunitarista.....	60
3	Outras correntes	61
 CAPÍTULO IV PODER CONSTITUINTE		
I	CONCEITO, ORIGENS E GENERALIDADES	65
II	PROCESSOS CONSTITUINTES E MODELOS CONSTITUCIONAIS.....	67
III	TITULARIDADE E LEGITIMIDADE DO PODER CONSTITUINTE.....	70
IV	NATUREZA E LIMITES DO PODER CONSTITUINTE.....	73
1	Condicionamentos pré-constituin-tes	74
2	Condicionamentos pós-constituin-tes.....	76
V	PROCEDIMENTO	78
VI	PODER CONSTITUINTE E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA	79

CAPÍTULO V MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

I	CONCEITO E GENERALIDADES	81
II	FUNDAMENTO E LIMITES.....	83
III	MECANISMOS DE ATUAÇÃO.....	84
1	A interpretação como instrumento da mutação constitucional	85
2	Mutação constitucional pela atuação do legislador	87
3	Mutação constitucional por via de costume	88
IV	MUDANÇA NA PERCEPÇÃO DO DIREITO E MUDANÇA NA REALIDADE DE FATO.....	90

CAPÍTULO VI REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL

I	GENERALIDADES.....	93
II	A QUESTÃO TERMINOLÓGICA: PODER CONSTITUINTE DERIVADO, REFORMA, REVISÃO E EMENDA. PODER CONSTITUINTE DECORRENTE...	96
III	NATUREZA JURÍDICA E LIMITES	97
IV	LIMITES TEMPORAIS E CIRCUNSTANCIAIS	98
V	LIMITES FORMAIS	100
VI	LIMITES MATERIAIS	105
1	Noção e antecedentes.....	105
2	Fundamento de legitimidade.....	106
3	A questão da dupla revisão.....	107
4	Os limites materiais implícitos	108
5	Cláusulas pétreas e hierarquia.....	109
6	Os limites materiais na experiência brasileira e na Constituição de 1988.....	110
6.1	A forma federativa do Estado	112
6.2	O voto direto, secreto, universal e periódico	113
6.3	A separação de Poderes	114
6.4	Os direitos e garantias individuais	115
6.4.1	A questão do direito adquirido.....	119

CAPÍTULO VII NORMAS CONSTITUCIONAIS

I	NORMAS JURÍDICAS	123
1	Generalidades	123
2	Algumas classificações	124
3	Dispositivo, enunciado normativo e norma	126
II	NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	128

1	A Constituição como norma jurídica.....	128
2	Características das normas constitucionais.....	128
3	Conteúdo material das normas constitucionais.....	130
4	Princípios e regras: as diferentes funções das normas constitucionais.....	132
5	A eficácia das normas constitucionais.....	137

III	A CONQUISTA DA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO.....	140
------------	--	-----

1	Antecedentes históricos.....	140
2	Normatividade e realidade fática: possibilidades e limites do direito constitucional.....	141
3	Conceito de efetividade.....	142
4	Os direitos subjetivos constitucionais e suas garantias jurídicas.....	142
5	A inconstitucionalidade por omissão.....	143
6	Consagração da doutrina da efetividade e novos desenvolvimentos teóricos.....	144

PARTE II O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: MUDANÇAS DE PARADIGMAS E A CONSTRUÇÃO DO MODELO CONTEMPORÂNEO

CAPÍTULO I ANTECEDENTES TEÓRICOS E FILOSÓFICOS

I	A TEORIA JURÍDICA TRADICIONAL.....	149
II	A TEORIA CRÍTICA DO DIREITO.....	150
III	ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO JURISNATURALISMO.....	152
IV	ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO POSITIVISMO JURÍDICO.....	154

CAPÍTULO II TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO

I	A FORMAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO.....	157
II	MARCO HISTÓRICO: PÓS-GUERRA E REDEMOCRATIZAÇÃO.....	158
III	MARCO FILOSÓFICO: A CONSTRUÇÃO DO PÓS-POSITIVISMO.....	159
1	O princípio da dignidade da pessoa humana.....	161
1.1	A dignidade humana tem natureza jurídica de princípio constitucional.....	162
1.2	O conteúdo jurídico da dignidade humana.....	162
2	O princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade.....	164
IV	MARCO TEÓRICO: TRÊS MUDANÇAS DE PARADIGMA.....	168
1	A força normativa da Constituição.....	168
2	A expansão da jurisdição constitucional.....	169
3	A reelaboração doutrinária da interpretação constitucional.....	171
4	Um novo modelo.....	171

CAPÍTULO III A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

I	GENERALIDADES	173
1	Introdução	173
2	Terminologia: hermenêutica, interpretação, aplicação e construção.....	174
3	Especificidade da interpretação constitucional.....	175
II	OS DIFERENTES PLANOS DE ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	176
1	O plano jurídico ou dogmático	176
2	O plano teórico ou metodológico	177
2.1	As escolas de pensamento jurídico	177
2.2	As teorias da interpretação constitucional	179
2.2.1	Alguns métodos da teoria constitucional alemã.....	179
2.2.2	O debate na teoria constitucional americana	181
3	O plano da justificação política ou da legitimação democrática	183
4	A interpretação constitucional como concretização construtiva	185
III	A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL SOB PERSPECTIVA TRADICIONAL	
1	Algumas regras de hermenêutica	186
2	Elementos tradicionais de interpretação jurídica.....	188
2.1	Interpretação gramatical, literal ou semântica	189
2.2	Interpretação histórica.....	189
2.3	Interpretação sistemática	191
2.4	Interpretação teleológica	191
3	A metodologia da interpretação constitucional tradicional	192
4	Princípios instrumentais de interpretação constitucional	193
4.1	Princípio da supremacia da Constituição.....	194
4.2	Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos	194
4.3	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	195
4.4	Princípio da unidade da Constituição	196
4.5	Princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade.....	197
4.6	Princípio da efetividade	197

CAPÍTULO IV NOVOS PARADIGMAS E CATEGORIAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

I	PREMISSAS METODOLÓGICAS DA NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	199
1	A norma, o problema e o intérprete	200
2	Três mudanças de paradigma que abalaram a interpretação constitucional tradicional.....	201
2.1	Superação do formalismo jurídico	201
2.2	Advento de uma cultura jurídica pós-positivista	201
2.3	Ascensão do direito público e centralidade da Constituição	201
3	Nova interpretação e casos difíceis	202
4	Algumas categorias jurídicas utilizadas pela nova interpretação constitucional	203

II	OS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS	204
III	A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS	207
1	Recapitulando os conceitos fundamentais.....	207
2	Modalidades de eficácia dos princípios constitucionais	208
2.1	Eficácia direta	208
2.2	Eficácia interpretativa.....	209
2.3	Eficácia negativa	209
3	Algumas aplicações concretas dos princípios	210
IV	A COLISÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS	216
V	A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO..	219
VI	A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	222
1	Algumas anotações teóricas.....	222
2	Alguns aspectos práticos.....	224

CAPÍTULO V A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO

I	GENERALIDADES.....	231
II	ORIGEM E EVOLUÇÃO DO FENÔMENO.....	232
III	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO BRASIL	236
1	O direito infraconstitucional na Constituição.....	236
2	A constitucionalização do direito infraconstitucional.....	237
3	A constitucionalização do Direito e seus mecanismos de atuação prática.....	238
IV	ALGUNS ASPECTOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO	240
1	Direito civil	240
2	Direito administrativo.....	244
3	Direito penal.....	247
V	CONSTITUCIONALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ..	251
VI	CONTROLANDO OS RISCOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO EXCESSIVA....	256

PARTE III A CONSTITUIÇÃO DE 1988, JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E PAPÉIS DAS SUPREMAS CORTES

CAPÍTULO I A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: HISTÓRICO, DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO E NA REALIDADE

INTRODUÇÃO	DA VINDA DA FAMÍLIA REAL À CONSTITUIÇÃO DE 1988....	261
-------------------	--	------------

I	REVIVENDO O PASSADO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO.....	262
1	Do golpe de 64 ao Ato Institucional n. 5/68.....	262
2	Dos anos de chumbo à abertura política.....	264
3	Do ocaso do regime militar à convocação da Assembleia Constituinte	265
II	SONHANDO COM O FUTURO: AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA CONSTITUIÇÃO.....	265
1	“Carta cidadã” e “Constituição chapa-branca”	265
2	A separação de Poderes	266
2.1	Poder Executivo.....	266
2.2	Poder Legislativo.....	267
2.3	Poder Judiciário.....	268
3	As transformações da teoria constitucional	269
3.1	A doutrina brasileira da efetividade.....	270
3.2	Neoconstitucionalismo ou direito constitucional contemporâneo	270
3.3	A constitucionalização do Direito	271
III	ENFRENTANDO A REALIDADE: O DESEMPENHO DA CONSTITUIÇÃO	271
1	Os diferentes governos	271
1.1	Os governos Sarney, Collor e Itamar Franco	271
1.2	O governo Fernando Henrique Cardoso.....	273
1.3	O governo Luiz Inácio Lula da Silva.....	273
1.4	O governo Dilma Rousseff.....	273
1.5	O governo Michel Temer.....	274
1.6	O governo Jair Bolsonaro.....	274
1.7	O início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva	275
2	As principais emendas à Constituição	275
2.1	Mudanças na Constituição econômica	275
2.2	Possibilidade de reeleição dos chefes do Executivo	276
2.3	A criação do Ministério da Defesa	276
2.4	Reformas da Previdência	277
2.5	Outras reformas.....	278
3	Os momentos críticos	278
3.1	Dois <i>impeachments</i>	278
3.2	Mensalão e Operação Lava Jato	279
3.3	Populismo autoritário.....	279
	CONCLUSÃO TOCANDO EM FRENTE	280
I	UMA AGENDA PARA O BRASIL	280
II	ENCERRAMENTO.....	282

CAPÍTULO II JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A TÊNUE FRONTEIRA ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA

I	INTRODUÇÃO	283
II	A ASCENSÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO	284
1	A jurisdição constitucional	284
2	A judicialização da política e das relações sociais	285
3	O ativismo judicial	287
4	Críticas à expansão da intervenção judicial na vida brasileira	288
4.1	Crítica político-ideológica	289
4.2	Crítica quanto à capacidade institucional	289
4.3	Crítica quanto à limitação do debate	290
5	Importância e limites da jurisdição constitucional nas democracias contemporâneas	290
III	DIREITO E POLÍTICA: A CONCEPÇÃO TRADICIONAL	291
1	Notas sobre a distinção entre Direito e política	291
2	Constituição e poderes constituídos	292
3	A pretensão de autonomia do Judiciário e do Direito em relação à política	293
3.1	Independência do Judiciário	293
3.2	Vinculação ao Direito posto e à dogmática jurídica	294
3.3	Limites da separação entre Direito e política	295
IV	DIREITO E POLÍTICA: O MODELO REAL	295
1	Os laços inevitáveis: a lei e sua interpretação como atos de vontade	295
2	A interpretação jurídica e suas complexidades: o encontro não marcado entre o Direito e a política	296
2.1	A linguagem aberta dos textos jurídicos	296
2.2	Os desacordos morais razoáveis	296
2.3	As colisões de normas constitucionais	297
2.4	A interpretação constitucional e seus métodos	297
3	O juiz e suas circunstâncias: influências políticas em um julgamento	298
3.1	Valores e ideologia do juiz	299
3.2	Interação com outros atores políticos e institucionais	301
3.2.1	Preservação ou expansão do poder da Corte	301
3.2.2	Relações com outros Poderes, órgãos e entidades estatais	303
3.3	Perspectiva de cumprimento efetivo da decisão	304
3.4	Circunstâncias internas dos órgãos colegiados	305
3.5	A opinião pública	306
4	A autonomia relativa do Direito em relação à política e a fatores extrajudiciais	307
V	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: CONTRAMAJORITÁRIO E REPRESENTATIVO	308

CAPÍTULO III OS PAPÉIS DAS SUPREMAS CORTES E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

I	O ESTADO DA ARTE DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO	313
II	OS PAPÉIS DESEMPENHADOS PELAS SUPREMAS CORTES E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS	315
1	O papel contramajoritário	316
2	O papel representativo	318
3	O papel iluminista	321

PARTE IV PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO ESTADO BRASILEIRO

I.	OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES.....	331
II.	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	332
1	Generalidades	332
2	Estado de direito.....	332
3	Democracia	333
4	A democracia constitucional como ideologia vitoriosa do século XX.....	335
5	A democracia constitucional brasileira	336
5.1	Liberalismo político e democracia	336
5.2	Três dimensões da democracia.....	336
5.2.1	Democracia representativa	336
5.2.2	Democracia constitucional	337
5.2.3	Democracia deliberativa	340
6	Democracia, princípio majoritário e jurisdição constitucional	341
7	A democracia em crise.....	342
7.1	A recessão democrática.....	342
7.2	Três fenômenos distintos	343
7.3	Algumas causas do populismo extremista e autoritário	344
8	O futuro da democracia	345
8.1	Três inimigos da democracia.....	345
8.1.2	Apropriação do Estado por elites extrativistas.....	345
8.1.3	Pobreza extrema e desigualdades injustas	345
8.1.4	Sentimento de pertencimento.....	345
III	REPÚBLICA.....	346
1	Generalidades	346
2	República como forma de governo.....	348
3	República como conceito substantivo.. ..	349
4	A República brasileira.....	350

4.1 Breve notícia histórica	350
4.2 A república na Constituição de 1988.....	352
IV FEDERAÇÃO	356
1 Generalidades	356
2 Antecedentes históricos: da Antiguidade à Constituição dos Estados Unidos	357
3 A experiência constitucional brasileira com o federalismo.....	358
4 Características do modelo federalista.....	360
5 Soberania e valores constitucionais	361
6 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de Federação	363
 CAPÍTULO II TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
I GENERALIDADES.....	365
II ORIGEM, EVOLUÇÃO E CONCEITO	366
1 Os direitos humanos.....	366
2 A dignidade humana	366
3 Os direitos fundamentais	367
III CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	369
1 Direitos individuais, políticos, sociais e difusos	369
1.1 Direitos individuais.....	369
1.2 Direitos políticos	370
1.3 Direitos sociais	371
1.4 Direitos difusos	372
2 Outras classificações.....	373
IV REGIME JURÍDICO DIFERENCIADO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	374
1 Oponibilidade dos direitos fundamentais às maiorias políticas	374
2 Aplicabilidade direta e imediata dos direitos fundamentais	375
3 A abertura do catálogo de direitos fundamentais previstos na Constituição.....	376
V ESTRUTURA, CONTEÚDO E LIMITES IMANENTES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	378
1 Direitos fundamentais como regras e princípios.....	378
2 Aspectos intrínsecos e limites iminentes.....	379
VI RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	379
1 A existência de limites externos	379
2 As teorias interna e externa.....	380
VII LIMITES ÀS RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	380
1 A ponderação.....	381
2 Razoabilidade e proporcionalidade	382
3 Núcleo essencial do direito	383

VIII	DIMENSÃO SUBJETIVA, OBJETIVA E PRIVADA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	384
1	A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais	385
2	A dimensão objetiva dos direitos fundamentais	385
3	A eficácia privada dos direitos fundamentais	386
 CAPÍTULO III MATRIZES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS		
I	DIREITO À VIDA	389
1	Generalidades	389
2	O direito à vida no ordenamento jurídico brasileiro	390
3	Pena de morte.....	392
4	Interrupção de gestação.....	394
5	Pesquisas com células-tronco embrionárias	396
6	A morte com intervenção: eutanásia, suicídio assistido e ortotanásia.....	397
II	LIBERDADE, LEGALIDADE E AUTONOMIA DA VONTADE.....	398
1	Liberdade	398
1.1	O conceito de liberdade	398
1.2	Três grandes movimentos históricos	399
1.3	Direito geral de liberdade	400
2	Legalidade.....	401
2.1	A lei como tradição e como positivação.....	401
2.2	Dimensão privada e pública da legalidade	402
2.3	Preferência da lei e reserva da lei	402
2.4	Delegação legislativa, poder regulamentar e juridicidade.....	403
2.5	O papel da jurisprudência no direito brasileiro contemporâneo	405
3	Autonomia da vontade	405
III	IGUALDADE	408
1	Generalidades	408
2	Três dimensões da igualdade	409
3	Igualdade formal.....	409
4	Igualdade material.....	410
5	Igualdade como reconhecimento	411
IV	SEGURANÇA	415
1	Generalidades	415
2	Segurança individual	417
3	Segurança jurídica	417
4	Segurança pública.....	419
5	Segurança social	424
6	Segurança nacional.....	425
7	Segurança humana	426

V	DIREITO DE PROPRIEDADE	427
1	Generalidades	427
2	A propriedade na Constituição brasileira	429
3	Alguns tópicos específicos do direito de propriedade	431
3.1	Direito de herança	431
3.2	Direitos autorais.....	432
3.3	Propriedade intelectual.....	432
3.4	Bens públicos	433
4	Interferências estatais no direito de propriedade.....	433
4.1	Limitações ao direito de propriedade.....	433
4.2	Desapropriação	435
5	Direitos originários de indígenas e quilombola	436

CAPÍTULO IV ALGUNS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE

I	LIBERDADE DE EXPRESSÃO	439
1	Generalidades	440
1.1	A comunicação humana.....	440
1.2	A liberdade de expressão no Brasil: o passado condena	440
2	Liberdade de expressão na Constituição de 1988.....	441
3	Liberdade de expressão na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	443
3.1	Liberdade de imprensa	443
3.2	Discursos de ódio	444
3.3	Liberdade de expressão artística e intelectual.....	445
3.4	Direito ao esquecimento.....	446
3.5	Manifestação do pensamento	446
3.6	Ataque às instituições democráticas	447
4	Notas sobre o direito comparado: liberdade de expressão nos EUA e na Alemanha ...	447
5	Revolução digital, internet e mídias sociais	448
II	LIBERDADE RELIGIOSA.....	450
1	Generalidades	450
1.1	O sentimento religioso.....	451
1.2	Breve notícia histórica	451
1.3	A persistência do fenômeno religioso.....	453
2	A liberdade religiosa na Constituição de 1988	454
3	Liberdade religiosa na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	455
3.1	Vedação temporária de cultos e missas presenciais durante a pandemia da Covid-19 (ADPF 811).....	455
3.2	Inconstitucionalidade da exigência de bilhlias em escolas e bibliotecas públicas (ADI n. 5.258 e Ag. Reg. em RE n. 1.011.615)	455
3.3	Ensino religioso confessional em escolas públicas (ADI n. 4439).	456
3.4	Sacrifício de animais em cultos religiosos (RE n. 494.601).	456
3.5	<i>Homeschooling</i> (ensino domiciliar) (RE n. 388.815).	456

3.6	Realização de etapa de concurso público em data ou horário alternativo, por motivo religioso (RE 611.874).	456
3.7	Acomodação da jornada de trabalho de professora da rede pública, em razão de crença religiosa (ARE 1.099.099).	457
3.8	Vedação a pregação religiosa no interior de transporte público (Ag.Reg. 1.315.221).	457
3.9	Ilegitimidade da recusa dos pais de ministrarem vacinação obrigatória aos filhos por motivos de convicção filossófica.	457
3.10	Inconstitucionalidade da norma legal que veda o proselitismo, inclusive de natureza religiosa, em rádios comunitárias (ADI 2.566).	457
III	LIBERDADE DE REUNIÃO	458
1	Generalidades	458
2	O direito de reunião na Constituição de 1988	460
3	O direito de reunião na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	462
IV	AÇÕES CONSTITUCIONAIS	464
1	<i>Habeas corpus</i>	464
2	Mandado de segurança	464
2.1	Mandado de segurança individual	465
2.2	Mandado de segurança coletivo	466
3	Mandado de injunção	468
3.1	Mandado de injunção individual	469
3.2	Mandado de injunção coletivo	471
4	<i>Habeas data</i>	471
5	Ação popular	473
6	Ação civil pública	474
 CAPÍTULO V O PODER PUNITIVO DO ESTADO: DIREITOS E GARANTIAS PENAIS E PROCESSUAIS		
I	GENERALIDADES	477
1	O direito penal deve ser moderado, sério e igualitário	477
2	Entre o abuso e a proteção deficiente	477
3	Não se muda o mundo com direito penal	478
4	“Pune-se muito e mal”	479
5	A corrupção como problema crônico	480
II	DIREITOS E GARANTIAS PENAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	481
1	Legalidade penal	481
2	Irretroatividade da lei penal	482
3	Pessoalidade da pena	484
4	Individualização da pena	485
5	Prisão e direito dos presos	487
5.1	Modalidades de prisão anteriormente ao julgamento	488

5.2	Prisão após o julgamento.....	489
5.3	Audiência de custódia e juiz de garantias.....	490
6	Direito à não autoincriminação	490
7	Presunção de inocência	493
8	Liberdade de locomoção e <i>habeas corpus</i>	495
9	Algumas vedações expressas	496
10	Alguns direitos expressos.....	497
11	Mandados de criminalização	498
III	ALGUMAS NORMAS PROCESSUAIS.	500
1	Princípio do juiz natural	500
2	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa.....	501
3	Publicidade dos julgamentos	501
4	Competência do Tribunal do Júri	502
IV	ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS A respeito DO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO.....	503
 PARTE V SEPARAÇÃO DE PODERES E PODERES DA REPÚBLICA		
 CAPÍTULO I A SEPARAÇÃO DE PODERES		
I	INTRODUÇÃO	507
II	ANTECEDENTES HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS	507
III	AS CONTRIBUIÇÕES DE JOHN LOCKE	510
IV	MONTESQUIEU E A DIVISÃO TRIPARTITE DE PODERES	511
V	A CONSTITUIÇÃO NORTE-AMERICANA DE 1787 E O SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS (<i>CHECKS AND BALANCES</i>)	512
VI	A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1884 E O PODER MODERADOR.....	513
VII	O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO	514
 CAPÍTULO II PODER LEGISLATIVO		
I	GENERALIDADES.....	517
II	ESTRUTURA DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL.....	518
1	Congresso Nacional	518
1.1	Competências exclusivas e não exclusivas do Congresso Nacional	519
1.2	Competências normativas com e sem participação do Poder Executivo	520
1.3	Competências fiscalizatórias e de controle.....	520
2	Câmara dos Deputados	521
3	Senado Federal	523

III	REGIME JURÍDICO DOS DEPUTADOS E SENADORES	524
1	Prerrogativas.....	524
2	Vedações	525
3	Perda do Mandato	526
IV	REUNIÕES.....	526
V	COMISSÕES	527
1	Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)	528
VI	PROCESSO LEGISLATIVO FEDERAL	529
1	Procedimento Legislativo Comum Ordinário	530
1.1	Iniciativa	530
1.2	Discussão e Votação	531
1.3	Sanção e Veto	533
1.4	Promulgação e Publicação	534
2	Espécies Legislativas	535
2.1	Emendas à Constituição	535
2.2	Leis Complementares e Ordinárias	535
2.3	Leis Delegadas.....	536
2.4	Medidas Provisórias	537
2.5	Decretos Legislativos e Resoluções	539
VII	FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	539
 CAPÍTULO III PODER EXECUTIVO		
I	GENERALIDADES.....	541
II	PRESIDENTE DA REPÚBLICA: ELEIÇÃO, POSSE, REELEIÇÃO, MANDATO, SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO	544
III	ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	547
1	Atribuições atinentes à direção da administração federal.....	548
2	Atribuições normativas.....	549
3	Atribuições ligadas ao plano internacional	553
4	Atribuições para a preservação da ordem pública, da paz social, do pacto federativo e da integridade nacional.....	553
5	Atribuição de nomeação de autoridades de outros Poderes e órgãos autônomos.....	555
6	Atribuições perante o Poder Legislativo	555
7	Outras atribuições.....	556
IV	RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	558
1	Processo de <i>impeachment</i> do Presidente da República por crime de responsabilidade	558
2	Processo contra o Presidente da República por crime comum	561

V	MINISTROS DE ESTADO	562
VI	CONSELHO DA REPÚBLICA I CONSELHO DE DEFESA NACIONAL	563
 CAPÍTULO IV PODER JUDICIÁRIO		
I	INTRODUÇÃO	565
II	O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO	566
1	Características da jurisdição	566
2	Princípios constitucionais aplicáveis ao exercício da jurisdição	566
2.1	Princípio da inafastabilidade do controle judicial	567
2.2	Princípio da imparcialidade	567
2.3	Princípio do devido processo legal	567
2.4	Princípio do contraditório e da ampla defesa	568
2.5	Vedação ao uso de provas ilícitas	568
2.6	Princípio da publicidade	569
2.7	Princípio da motivação das decisões judiciais	569
2.8	Princípio da razoável duração do processo	569
III	NORMAS GERAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	570
1	Princípios de organização e funcionamento do Poder Judiciário	570
1.1	Princípio da autonomia da jurisdição: autonomia financeira, administrativa e funcional	570
1.2	Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência	570
2	Garantias institucionais da magistratura	571
3	Regime jurídico aplicável aos magistrados	571
IV	PRECATÓRIOS	572
V	ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS JUDICIAIS	573
1	Supremo Tribunal Federal	574
1.1	Composição	574
1.2	Competência	574
2	Superior Tribunal de Justiça	577
2.1	Composição	577
2.2	Competência	578
3	Justiça Federal	579
3.1	Composição	579
3.2	Competência	579
4	Justiça do Trabalho	580
4.1	Composição	581
4.2	Competência	581
5	Justiça Eleitoral	581

5.1	Composição	581
5.2	Competência	582
6	Justiça Militar	582
6.1	Composição	582
6.2	Competência	583
7	Justiça Estadual	583
7.1	Composição	583
7.2	Competência	583
8	Conselho Nacional de Justiça	584
8.1	Composição	584
8.2	Competência	584

PARTE VI ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

I	GENERALIDADES.....	589
1	Geração e distribuição de riquezas	589
2	Breves antecedentes históricos: do Absolutismo à Constituição de Weimar.....	590
3	A ordem econômica no constitucionalismo brasileiro.....	591
II	FUNDAMENTOS, OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E REGRAS DA ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	592
1	Fundamentos: valorização do trabalho e livre iniciativa	592
2	Fins da ordem econômica	595
3	Princípios da Ordem Econômica.....	596
III	ALGUMAS DISFUNÇÕES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	598
IV	A TRADIÇÃO INTERVENCIONISTA DO ESTADO NA ECONOMIA	599
V	MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	600
1	Prestação de serviços públicos	601
2	Exploração da atividade econômica	601
VI	ALGUNS SETORES DE TRATAMENTO ESPECÍFICO	602
1	Mineração.....	602
2	Petróleo.....	603
VII	POLÍTICA URBANA E AGRÁRIA	604
1	Política urbana.....	604
2	Política agrícola, fundiária e de reforma agrária	604
	CONCLUSÃO	607
I	SÍNTESE SUMÁRIA DE ALGUMAS IDEIAS	607
II	ENCERRAMENTO	612
	BIBLIOGRAFIA.....	613